

O processo de aquisição de leitura e escrita no ensino infantil

Maira Danuse Santos de Oliveira

*Licenciatura Plena em Letras/Português pela Universidade Estadual do Piauí.
Especialização em Produção Textual pela FAVENI. Técnica em Assuntos
Educaçãois da Universidade Federal do Piauí.*

DOI: 10.47573/aya.88580.2.53.21

RESUMO

A análise aqui proposta centra-se na verificação do processo de aquisição de leitura e escrita na alfabetização, abordando em linhas gerais os aspectos que fazem parte deste processo. Tem-se como objetivo compreender como se dá o processo de aquisição de leitura e escrita no ensino infantil. Especificamente, pretende-se: identificar em que contexto ocorre o processo de aquisição de leitura e escrita no ensino infantil; compreender o desenvolvimento do processo de aquisição de escrita e de leitura em crianças em fase de alfabetização; analisar as práticas e os incentivos desenvolvidos em sala de aula para a aquisição da escrita e da leitura com alunos da alfabetização; refletir acerca das metodologias utilizadas pelos profissionais que atuam no ensino infantil. O estudo foi realizado através da pesquisa qualitativa, que busca a compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelo objeto de pesquisa em questão, na tentativa de compreender como se dá a prática pedagógica do professor de ensino infantil neste processo. Assim, a pesquisa fundamenta-se nos estudos de alguns teóricos, como Cagliari (2008), Ferreiro (1999), entre outros, além de documentos oficiais. Assim, concebe-se que a leitura e a escrita são atividades fundamentais para o desenvolvimento e a formação de qualquer indivíduo, pois dentro e fora da escola e por toda vida, o domínio ou não de ambas facilitará ou não o crescimento intelectual.

Palavras-chave: leitura. escrita. ensino infantil.

INTRODUÇÃO

O exame da vida cotidiana da escola permite elaborar uma concepção diversa a respeito de professores e alunos, as múltiplas formas construídas e/ou tomadas a partir de modelos tradicionalmente utilizados e determinantes na postura do professor, assim como a compreensão bem mais apurada da maneira pela qual o aluno apreende a sistematização do saber escolar.

Conhecer como acontecem os processos de aquisição de leitura e da escrita, como se caracterizam os conteúdos que são objetos de conhecimento dos alunos e como se pode organizar uma proposta de ensino a partir destas informações é fundamental para conquistar bons resultados no processo de alfabetização.

Esta discussão sobre as orientações pedagógicas e políticas e aquilo que é realizado efetivamente na escola com vistas à aquisição de leitura e da escrita nas séries iniciais configura-se, portanto, como objeto desta investigação.

Assim, espera-se obter um diagnóstico da situação do processo de aquisição de leitura e escrita na alfabetização, buscando realizar uma análise mais aprofundada dos projetos desenvolvidos na escola, especialmente em relação às suas temáticas, conteúdo e metodologias que favoreçam o processo de aquisição de leitura e escrita nas séries iniciais, a fim de buscar soluções para os possíveis problemas que este diagnóstico venha a evidenciar.

Diante da realidade ora descrita, propõe-se o seguinte problema: de que forma a escola trabalha o processo de aquisição de leitura e escrita entre os alunos, do ponto de vista dos métodos utilizados na alfabetização destes?

Tem-se como objetivo compreender como se dá o processo de aquisição de leitura e escrita no ensino infantil.

Especificamente, pretende-se:

- identificar em que contexto ocorre o processo de aquisição de leitura e escrita no ensino infantil;
- compreender o desenvolvimento do processo de aquisição de escrita e de leitura em crianças em fase de alfabetização;
- analisar as práticas e os incentivos desenvolvidos em sala de aula para a aquisição da escrita e da leitura com alunos da alfabetização;
- refletir acerca das metodologias utilizadas pelos profissionais que atuam no ensino infantil.

A análise aqui proposta centra-se na verificação do processo de aquisição de leitura e escrita na alfabetização, abordando em linhas gerais os aspectos que fazem parte deste processo.

O estudo foi realizado através da pesquisa qualitativa, que busca a compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelo objeto de pesquisa em questão, na tentativa de compreender como se dá a prática pedagógica do professor de ensino infantil neste processo. Assim, a pesquisa fundamenta-se nos estudos de alguns teóricos, como Cagliari (2008), Ferreiro (1999), entre outros, além de documentos oficiais.

Portanto, este estudo visa a contribuir para um repensar do educador atuante nas classes de alfabetização, fazendo o mesmo refletir sobre sua prática pedagógica, sobretudo enquanto formador de cidadãos bem alfabetizados e conscientes de seu papel na sociedade.

Também pretende, na medida em que analisa profundamente o material utilizado, servir de subsídio a um repensar desta escolha, relacionando-a aos objetivos previstos na legislação e no pensamento pedagógico vigente.

DESENVOLVIMENTO

Muito se tem pesquisado e discutido nas mais diversas áreas do conhecimento sobre o que acontece durante o processo de aquisição de leitura e escrita pelo ser humano, sobretudo na infância. Os processos envolvidos neste percurso têm sido observados sob diversos pontos de vista, e as discussões a respeito se multiplicam.

De acordo com a Constituição Federal, em seu Art. 208, IV, a educação infantil é um direito de toda criança e uma obrigação do Estado.

Assim, a educação das crianças de zero a seis anos em estabelecimentos específicos de educação infantil vem crescendo no mundo inteiro e de forma acelerada, seja pela necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação de seus filhos pequenos, seja pelos argumentos advindos das ciências que investigaram o processo de desenvolvimento da criança.

São dois os principais documentos norteadores da educação básica: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, regidos, naturalmente, pela Constituição da República Federativa do Brasil.

No Brasil, a educação das crianças menores de 7 anos tem uma história de cento e cinquenta anos. Seu crescimento, no entanto, deu-se principalmente a partir dos anos 70 deste século e foi mais acelerado até 1993. Em 1998, estava presente em 5.320 municípios, que correspondem a 96,6% do total.

Por determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), as creches atenderão a crianças de zero a três anos, ficando a faixa de 4 a 6 para a pré-escola, e deverão adotar objetivos educacionais, transformando-se em instituições de educação, segundo as diretrizes curriculares nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, consoante determina o art. 9º, IV da LDB, complementadas pelas normas dos sistemas de ensino dos Estados e Municípios, estabelecem os marcos para a elaboração das propostas pedagógicas para as crianças de 0 a 6 anos.

Na distribuição de competências referentes à educação infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB são explícitas na co-responsabilidade das três esferas de governo (Municípios, Estado e União) e da família. A articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas.

Em termos escolares, tanto a leitura quanto a escrita estão diretamente vinculadas à alfabetização, que diz respeito ao aprendizado destas duas faculdades.

Segundo Cagliari (2008, p. 12):

Quem inventou a escrita inventou, ao mesmo tempo, as regras da alfabetização, ou seja, as regras que permitem ao leitor decifrar o que está escrito, entender como o sistema de escrita funciona e saber como usá-lo apropriadamente. A alfabetização é, pois, tão antiga quanto os sistemas de escrita. De certo modo, é a atividade escolar mais antiga da humanidade.

Para o referido autor, a escrita começou de maneira autônoma e independente, na Suméria, por volta de 3300 a.C. Os maias da América Central também inventaram um sistema de escrita independentemente de um conhecimento prévio de outro sistema de escrita, em um tempo indeterminado ainda pela ciência, que talvez se situe por volta do início da era cristã.

Na Antiguidade, os alunos alfabetizavam-se aprendendo a ler algo escrito e, depois, copiando. O trabalho de leitura e cópia era o segredo da alfabetização.

A alfabetização, na Idade Média, em geral ocorria menos nas escolas do que na vida privada das pessoas. Aprender a ler e a escrever não era uma atividade escolar, como na Suméria ou mesmo na Grécia antiga.

Com o Renascimento (séculos XV e XVI) e, sobretudo, com o uso da imprensa na Europa, a preocupação com os leitores aumentou, uma vez que agora se faziam livros para um público maior, e a leitura de obras famosas deixou de ser coletiva para se tornar cada vez mais individual. A primeira consequência disso foi o aparecimento das primeiras “cartilhas”.

No Brasil, depois da grande influência da Cartilha maternal (1870), de João de Deus,

apareceram inúmeras outras. Até a década de 50, as cartilhas escolares ainda davam ênfase à leitura, a qual era feita através de exercícios de decifração e de identificação de palavras, por meio dos quais os alunos aprendiam as relações entre letras e sons, seguindo a ortografia da época. Na década de 50, segundo a Unesco, alfabetizada era a pessoa que fosse capaz de ler e escrever, mesmo que somente frases simples.

Para Vygotsky (1998, p. 133),

Ensinar a escrita nos anos pré-escolares impõe necessariamente que a escrita seja relevante à vida [...] Que as letras se tornem elementos da vida das crianças, da mesma maneira como, por exemplo, a fala. Da mesma forma que as crianças aprendem a falar, elas podem muito bem aprender a ler e a escrever.

A leitura, tanto quanto a escrita, consiste em atividade bastante intrínseca. Nesta perspectiva, não há como falar de leitura sem falar de escrita ou vice-versa, pois segundo Cagliari (2008, p. 152) “a leitura é uma atividade ligada essencialmente à escrita”; assim o ato de decodificar um texto requer o entendimento também de codificá-lo através de várias linguagens.

Para Ximenes (2000, p. 386), “escrita é a representação de palavras ou ideias por meio de letras ou sinais convencionais”. Portanto, a escrita constitui-se num sistema de intercomunicação humana por meio de signos visíveis, visuais, ou seja, é a representação de palavras ou ideias por letras ou sinais.

Já a leitura é o ato de percorrer os olhos sobre algo que está escrito, decifrando e interpretando as palavras e o sentido do texto, constituindo aquisição da decodificação e interpretação dos símbolos alfabéticos e dos textos (XIMENES, 2000).

Conforme Martins (1982), a leitura pode ser conceituada como sendo um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas que se dá a conhecer através de várias linguagens.

No início de década de 80, os resultados da pesquisa pioneira de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, descrevendo a chamada “psicogênese da língua escrita”, a partir de referencial piagetiano, provocaram significativas alterações na fundamentação teórica do processo ensino-aprendizagem da lectoescrita, deslocando seu eixo de “como se ensina” para “como se aprende” a ler e a escrever.

Esta nova concepção de alfabetização ficou conhecida como “construtivista”, e explica que o aprendizado da leitura e da escrita segue uma linha de evolução regular, independente da classe social do aprendiz, de ele ter/não ter cursado a pré-escola e do dialeto falado.

Ferreiro (1999) desenvolveu trabalhos revolucionários no campo da aquisição da escrita, e fundamentados na teoria de Piaget, definiu quatro níveis pelos quais o alfabetizando passa neste processo: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético. No nível pré-silábico, a escrita é alheia a qualquer busca de correspondência entre grafia e os sons, ou seja, não apresenta nenhum tipo de correspondência sonora.

De acordo com Grossi (1990), silábico é o período em que estes alunos acrescentam letras, sobretudo às suas escritas de palavras dissílabas e monossílabas, como meio de transformá-las em “verdadeiras escritas”; no nível silábico-alfabético, coexistem duas formas de fazer corresponder sons e grafias: a silábica e alfabética; o nível alfabético corresponde a um estágio

significativo na escrita, a constituição alfabética de sílabas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, assimila-se que a leitura e a escrita são atividades fundamentais para o desenvolvimento e formação de qualquer indivíduo, pois dentro e fora da escola e por toda vida, o domínio de ambas facilitará o crescimento intelectual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB 022/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 1998

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394, de 20 de dez de 1996.

CAGLIARI, L. C. Alfabetização e Linguística. São Paulo: Scipione, 2008.

COULON, A. Etnometodologia e educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

DURAN, M. C. G. Emília Ferreiro: uma concepção do desenvolvimento da escrita na criança. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

FERREIRO, E. Passado e presente dos verbos ler e escrever. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Reflexos sobre alfabetização. 25.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. A Psicogênese da Língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GROSSI. Esther Pillar. Didática da Alfabetização. Vol. 2 – Didática do Nível Silábico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LÜDKE & ANDRÉ. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U. 1986.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, M. H. O que é leitura. São Paulo: Brasiliense, 2006. MORTATTI, M. do R. Educação e letramento. São Paulo: UNESP, 2004.

RIZZO, G. Alfabetização natural. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ROJO, R. A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN's. São Paulo: EDUC, 2000.

VIGOTSKY, L. S. Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

XIMENES, S. Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa. 2.ed. São Paulo: Ediouro, 2000.